Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto n.º 37:394

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Ao abrigo do preceituado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941, e no § único do artigo 3.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo mesmo decreto-lei, passa a ter nova redacção a disposição a seguir mencionada da aludida reforma:

- Artigo 28.º
 § 1.º
 g) O inspector-geral dos Produtos Agrícolas e Industriais e um director-geral do Ministério da Economia, proposto pelo respectivo Ministro e nomeado pelo Ministro das Finanças;
 h)
 i)
 j)
 § 2.º

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Abril de 1949. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 12:800

De harmonia com o determinado no artigo 4.º do Decreto n.º 37:380, de 22 de Abril de 1949: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aprovar e publicar o seguinte:

Regulamento do Serviço de Mergulhadores da Armada

CAPÍTULO I

Classificação e ordenação

Artigo 1.º Os mergulhadores são classificados em três classes, definidas pela profundidade a que lhes é permitido descer e trabalhar, e que são as seguintes:

1.ª classe — mais de 40 metros.

2.ª classe — até 40 metros.

3.ª classe — até 20 metros.

Art. 2.º Os guias de mergulhador são classificados em duas classes: guias de mergulhador especiais e guias de mergulhador.

Art. 3.º Nas cadernetas militares dos sargentos e das praças especializados em mergulhadores e guias de mergulhador deverá ser feito o registo da sua especialização, em que conste a classe a que pertencem, bem como os conhecimentos especiais para poderem executar trabalhos nas reparações dos navios, cais e outras obras marítimas.

§ único. Quando haja oficiais com a especialidade de mergulhador deve essa circunstância constar no livro mestre.

CAPÍTULO II

Admissão e preparação

Art. 4.º A admissão às diversas classes de mergulhadores e de guias de mergulhador será feita entre o pessoal da Armada que satisfaça às condições estabelecidas no artigo seguinte, por concurso aberto pela Direcção do Serviço de Submersíveis, de acordo com o determinado pela Superintendência dos Serviços da Armada, mediante proposta fundamentada do director daquele Serviço e ouvido o Corpo de Marinheiros da Armada.

§ único. Na falta de voluntários a Superintendência poderá ordenar a nomeação do pessoal julgado necessário, tendo em atenção as condições estabelecidas nos artigos 5.º, 8.º e 9.º

Art. 5.º As condições de admissão são:

a) Para mergulhador de 3.ª classe:

- 1.ª Ter bom comportamento militar;
- 2.ª Ter idade compreendida entre 21 e 24 anos;
- 3.ª Ter altura mínima de 1^m,60 e máxima de 1^m,75;
- 4.ª Apresentar declaração escrita pelo próprio, na presença de duas testemunhas e perante o seu comandante ou chefe, comprometendo-se a servir na Armada, como mergulhador, por período não inferior a seis anos, contados a partir da data em que for considerado apto para este serviço.

b) Para mergulhador de 2.ª classe:

- 1.ª Ter bom comportamento militar;
- 2.ª Ter idade compreendida entre 23 e 27 anos;
- 3.ª Ter permanecido em mergulhador de 3.ª classe pelo menos durante dois anos, executado com boas informações todos os serviços que lhe tiverem sido cometidos e os exercícios mensais impostos por este regulamento;
- 4.ª Apresentar declaração, idêntica à da condição 4.ª da alínea a), comprometendo-se a servir como mergulhador de 2.ª classe o mínimo de quatro anos.

c) Para mergulhador de 1.ª classe:

- 1.ª Ter bom comportamento militar;
- 2.ª Ter idade compreendida entre 25 e 30 anos;
- 3.ª Ter permanecido em mergulhador de 2.ª classe pelo menos durante dois anos, executado com boas informações todos os serviços que lhe tiverem sido cometidos e os exercícios mensais impostos por este regulamento;
- 4.ª Apresentar declaração, idêntica à da condição 4.ª da alínea a), comprometendo-se a servir

como mergulhador de 1.^a classe o mínimo de dois anos.

d) Para guia de mergulhador:

- 1.^a Ter bom comportamento militar;
- 2.^a Ter idade compreendida entre 21 e 30 anos;
- 3.^a Apresentar declaração, idêntica à da condição 4.^a da alínea a), comprometendo-se a servir na Armada como guia de mergulhador por período não inferior a seis anos, contados a partir da data em que for considerado apto para este serviço.

e) Para guia de mergulhador especial:

- 1.^a Ter bom comportamento militar;
- 2.^a Ter idade compreendida entre 25 e 35 anos;
- 3.^a Ter servido, com boas informações e assiduidade, como guia ou como mergulhador o mínimo de dois anos;
- 4.^a Apresentar declaração, idêntica à da 4.^a condição da alínea a), comprometendo-se a servir como guia de mergulhador especial durante o mínimo de quatro anos.

Art. 6.^o Findo o prazo do concurso, devem os candidatos admitidos ser inspeccionados pelo médico da Direcção do Serviço de Submersíveis e em seguida presentes à Junta de Saúde Naval, acompanhados das respectivas fichas de observação, para julgamento da sua aptidão física, de harmonia com o artigo 2.^o do Decreto n.^o 24:957, de 21 de Janeiro de 1935.

Art. 7.^o Os concorrentes a mergulhador de 3.^a classe e os concorrentes a guias que não sejam mergulhadores julgados aptos deverão ser submetidos a provas preliminares de prática oficial e a provas literárias, ficando excluídos do concurso os reprovados nessas provas.

§ único. O júri para apreciação das provas preliminares é constituído pelo director ou subdirector do Serviço de Submersíveis, pelo oficial chefe da Secção de Mergulhadores e de Salvação (S. M. S.) e por um oficial engenheiro maquinista ou maquinista naval do Serviço de Submersíveis, nomeado pelo director.

Art. 8.^o A admissão dos concorrentes apurados será feita tendo em consideração as seguintes condições de preferência:

a) Para mergulhadores de 3.^a classe:

- 1.^a Maior aptidão na prova preliminar oficial;
- 2.^a Conhecimentos práticos dos ofícios de soldador, serralheiro mecânico, serralheiro, torneiro e carpinteiro;
- 3.^a Melhores informações;
- 4.^a Menor idade;
- 5.^a Maiores habilitações literárias.

b) Para guia de mergulhador:

- 1.^a Ser mergulhador;
- 2.^a Maior aptidão na prova preliminar oficial, não sendo mergulhador;
- 3.^a Melhores informações;
- 4.^a Menor idade;
- 5.^a Maiores habilitações literárias.

Art. 9.^o As condições de preferência a considerar na admissão às outras classes são:

a) Para mergulhador de 2.^a classe:

- 1.^a Melhor aptidão como mergulhador de 3.^a classe;
- 2.^a Melhores conhecimentos práticos dos ofícios de soldador, serralheiro mecânico, serralheiro, torneiro e carpinteiro;

- 3.^a Melhores informações;
- 4.^a Menor idade;
- 5.^a Maiores habilitações literárias.

b) Para mergulhador de 1.^a classe:

- 1.^a Melhor aptidão como mergulhador de 2.^a classe;
- 2.^a Melhores conhecimentos práticos dos ofícios de soldador, serralheiro mecânico, serralheiro, torneiro e carpinteiro;
- 3.^a Melhores informações;
- 4.^a Menor idade;
- 5.^a Maiores habilitações literárias.

c) Para guia de mergulhador especial:

- 1.^a Classe mais elevada, sendo mergulhador;
- 2.^a Melhor aptidão no desempenho da função, sendo guia;
- 3.^a Melhores informações;
- 4.^a Menor idade;
- 5.^a Maiores habilitações literárias.

Art. 10.^o A instrução dos diferentes cursos de mergulhador e guias, bem como a de salvação para o pessoal especializado em navegação submarina, constará de programas propostos anualmente pela Secção de Mergulhadores e de Salvação à Direcção do Serviço de Submersíveis e submetidos por esta à aprovação da Superintendência dos Serviços da Armada.

Art. 11.^o A sequência da instrução será normalmente a seguinte:

Provas de selecção — mês de Outubro.

Teorias e exercícios no tanque para mergulhadores e guias — Novembro a Março, inclusive.

Prática no mar para mergulhadores e guias e exames. Prática de salvação no tanque para pessoal dos submersíveis — Abril a Julho, inclusive.

§ único. Os meses de Agosto e de Setembro serão aproveitados para a beneficiação das instalações e do material e para a concessão de licenças.

Art. 12.^o A instrução dos diferentes cursos é ministrada nos períodos fixados no artigo anterior, sendo instrutores o chefe da Secção de Mergulhadores e de Salvação e o médico da Direcção do Serviço de Submersíveis e auxiliares de instrução os dois mergulhadores e os dois guias em serviço na Secção.

§ único. Havendo necessidade de aumentar o número de oficiais instrutores ou de auxiliares de instrução, deverá a Direcção do Serviço de Submersíveis fazer a respectiva proposta à Superintendência.

Art. 13.^o No final da instrução dos diferentes cursos os mergulhadores ou guias prestarão provas teóricas e práticas perante um júri, constituído pelo director ou subdirector do Serviço de Submersíveis, pelo chefe da Secção de Mergulhadores e de Salvação e pelo médico da Direcção do Serviço de Submersíveis, não podendo obter a carta respectiva os que não alcancem a classificação de 10 valores.

Art. 14.^o Os mergulhadores serão inspeccionados duas vezes por ano, em Janeiro e Julho, ou em datas tão próximas quanto possível destas, e os guias de mergulhador anualmente; estas inspecções serão feitas pelo médico da unidade em que prestem serviço, não podendo desempenhar os serviços da especialidade desde que deixem de satisfazer às indispensáveis condições de robustez.

§ único. Os resultados das inspecções a que se refere este artigo serão comunicados para a Secção de Mergu-

lhadores e de Salvação e escriturados em fichas de observação clínica.

Art. 15.º Em todos os navios e estabelecimentos de marinha em que haja mergulhadores e os respectivos aparelhos deverão realizar-se, sempre que seja possível, exercícios mensais para esses mergulhadores, às profundidades das suas classes, pelo menos durante 15 minutos, a fim de conservarem a sua aptidão e ganharem confiança em si e no material, que por esta forma é periodicamente experimentado.

Art. 16.º A Secção de Mergulhadores e de Salvação deverá fiscalizar a preparação de todo o pessoal e tomar as providências necessárias para que os mergulhadores e guias provem praticamente, pelo menos uma vez por ano, que estão aptos para execução dos trabalhos normais da sua especialidade, comunicando para o Corpo de Marinheiros da Armada (Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada no caso dos oficiais) os registos de especialização que devem ser alterados ou cancelados.

CAPÍTULO III

Obrigações e direitos

Art. 17.º Os mergulhadores da Armada ficam obrigados ao desempenho dos serviços da sua especialidade, quando lhes seja determinado. São incluídos no número desses serviços a limpeza do casco dos navios, como necessidade ou simplesmente como exercício, e a entrada em qualquer compartimento cuja atmosfera seja irrespirável.

Art. 18.º O mergulhador não poderá ser obrigado a mergulhar:

a) A profundidade superior à que define a sua classe, sendo mergulhador de 2.ª ou de 3.ª classes;

b) Quando se reconheça ir correr grande risco ou ter grandes dificuldades a vencer;

c) Quando se reconheça que o seu fato escafandro, ou qualquer parte do material a empregar, se não encontram em estado satisfatório para a profundidade a que o mergulhador tem de descer;

d) Quando, por falta de cumprimento do artigo 15.º, tenham decorridos três ou mais meses sem ter mergulhado.

Art. 19.º O mergulhador terá direito, sempre que seja possível, de escolher um guia da sua confiança.

Art. 20.º Os mergulhadores e guias perceberão a gratificação que a tabela de gratificações lhes atribuir.

CAPÍTULO IV

Disposições diversas

Art. 21.º As regras e sinais para o serviço de mergulhadores da Armada são as estabelecidas pela Portaria n.º 7:395, de 3 de Agosto de 1932.

Art. 22.º A Secção de Mergulhadores e de Salvação agrupará por classes o pessoal especializado actualmente existente, servindo-se de provas se for necessário determinar a sua proficiência.

Art. 23.º Nas cadernetas militares dos sargentos e das praças com especialização de mergulhadores colocar-se-á um impresso, igual ao modelo anexo a esta portaria, no qual são registadas todas as imersões efectuadas, quer em exercício, quer por motivo de serviço, preenchendo-se todas as suas colunas.

§ único. As imersões efectuadas durante o curso de especialização serão registadas num impresso daquele modelo e arquivadas na Direcção do Serviço de Submersíveis.

Art. 24.º As entidades do Estado ou particulares que desejem aperfeiçoar a preparação dos seus mergulhadores poderão solicitar a admissão destes nos cursos da Secção de Mergulhadores e de Salvação, que lhes concederá certificados de aptidão mediante provas idênticas às que são exigidas ao pessoal da Armada.

§ 1.º Os gastos materiais ocasionados pela instrução dos mergulhadores civis serão pagos ao Ministério da Marinha pelas entidades que requererem a admissão, segundo normas a estabelecer pelo Ministro da Marinha.

§ 2.º Antes de frequentar os cursos de instrução o pessoal civil será sujeito a provas de admissão idênticas às que são exigidas ao pessoal da Armada.

Art. 25.º Dentro do prazo de um ano deverá a Direcção do Serviço de Submersíveis propor à Superintendência dos Serviços da Armada as alterações que julgue necessário introduzir no presente regulamento.

Ministério da Marinha, 30 de Abril de 1949.— O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

Modelo anexo à Portaria n.º 12:800, de 30 de Abril de 1949 (artigo 23.º)

REGISTO DE IMERSÕES EFECTUADAS

N.º ... Classe ...

Mergulhador em ... de ... de 19 ...

Datas			Localidade	Duração	Profundidade	Motivo	Observações (a)
Dia	Mês	Ano					

(a) Nesta coluna mencionar-se-á a natureza do fundo, a velocidade aproximada da corrente, o estado físico do mergulhador após a imersão e quaisquer ocorrências extraordinárias.